

## **Contrarrazões ao Recurso Administrativo**

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025**

A SAMMA VIGILÂNCIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 21.556.418/0001-50, com sede na Av. Joaquim Fernandes Paranhos, nº 200, Sala 03, Bairro Loteamento JK, CEP 75.709-345, Catalão – GO, neste ato representada por seu responsável legal, Sr. Deolindo Santos de Ambrosio, CPF nº 000.118.081-95, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria apresentar sua **Contrarrazão ao Recurso Administrativo** em face do recurso interposto pela empresa MENDONÇA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, já qualificada nos autos do processo nº 202500057000122, na forma que segue.

#### **I. INTRODUÇÃO**

Inicialmente, cumpre destacar que os questionamentos formulados pela Recorrente não encontram respaldo na legislação vigente, tampouco em elementos fáticos ou jurídicos que comprometam a habilitação da SAMMA VIGILÂNCIA LTDA. Os documentos apresentados estão em perfeita consonância com os requisitos do edital e com a Lei nº 14.133/2021, e eventuais dúvidas poderiam ter sido dirimidas por meio de diligências, conforme faculta o art. 64, §1º, da referida lei.

Dessa forma, a presente contrarrazão visa demonstrar a regularidade e legalidade da habilitação da Recorrida, requerendo a manutenção de sua classificação e habilitação no certame.

#### **II. DA CERTIDÃO DE FALÊNCIA E CONCORDATA**

A SAMMA VIGILÂNCIA LTDA apresentou certidão negativa de falência e concordata de abrangência Estadual, contemplando todas as comarcas, conforme exigência editalícia. A Recorrente alega ausência da certidão do domicílio da empresa, contudo, tal exigência configura mero formalismo e não compromete a validade da



**SAMMA VIGILÂNCIA**

documentação apresentada, especialmente porque o documento que abrange todas as comarcas é, por sua natureza, mais abrangente e suficiente.

O Tribunal de Contas da União (TCU) já consolidou entendimento no sentido de que:

"A apresentação da certidão negativa de falência e concordata com abrangência nacional supre a exigência do edital relativa à certidão de domicílio, não havendo prejuízo à Administração" (Acórdão TCU nº 1443/2018 - Plenário).

Ademais, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já firmou entendimento no sentido de que:

"O excesso de formalismo na exigência documental, quando o documento apresentado satisfaz o objetivo pretendido pela Administração, configura cerceamento do direito de defesa e afronta aos princípios da razoabilidade e eficiência" (AgInt no AREsp 1503774/SP).

Portanto, a documentação apresentada pela Recorrida atende plenamente aos requisitos legais e editalícios, afastando qualquer alegação de irregularidade.

### **III. DA AUTORIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL**

A Recorrida apresentou, dentro do prazo legal, a Autorização da Polícia Federal para exercer a atividade de escolta armada, atividade esta que, conforme dispõe a legislação de regência da segurança privada, somente pode ser autorizada à empresa que já possua autorização para vigilância armada.

Nos termos do art. 69 da Portaria nº 18.045/2023 da Polícia Federal, regulamentadora da Lei nº 7.102/1983:

"Art. 69. Somente será concedida autorização para a atividade de escolta armada à empresa de segurança privada já autorizada para a atividade de vigilância armada."

Portanto, a apresentação de autorização para escolta armada, por si só, implica necessariamente a existência de autorização prévia e válida para vigilância armada, sendo esta requisito legal incontornável para a obtenção daquela.

Trata-se de ato administrativo vinculado, expedido pela Polícia Federal com base em processo técnico, documental e jurídico prévio. Assim, a autorização apresentada possui presunção de legitimidade, veracidade e legalidade, nos termos da jurisprudência consolidada:

“Os atos administrativos gozam de presunção de legitimidade e veracidade até prova em contrário.”

(STJ, AgRg no REsp 1.248.157/PR)

Dessa forma, é absolutamente infundada a tentativa da Recorrente de desqualificar a autorização apresentada, pois ela comprova de maneira robusta e inequívoca a aptidão da Recorrida para atuar no objeto da licitação.

Se a Comissão julgadora tivesse qualquer dúvida quanto à abrangência da autorização, poderia ter recorrido à diligência prevista no art. 64, § 1º da Lei nº 14.133/2021, o que não ocorreu, justamente por estar a documentação suficiente e compatível com o objeto licitado.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
CGCSP – COORDENAÇÃO GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

07/07/2025

## DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO E REGULARIDADE DE EMPRESA

Situação : ATIVA  
CNPJ : 21.556.418/0001-50  
Razão Social : SAMMA VIGILANCIA LTDA  
Endereço : AVENIDA JOAQUIM F. PARANHOS, 200  
Bairro : LOTEAMENTO JK  
Cidade : CATALÃO  
UF : GO  
Tipo de empresa: Empresa Especializada  
Atividade(s) Autorizada(s): VIGILÂNCIA PATRIMONIAL; ESCOLTA ARMADA  
Responsável(is) :  
DEOLINDO SANTOS DE AMBROSIO  
FABIANO FIRMINO

A empresa SAMMA VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 21.556.418/0001-50, sediada em GOIÁS, está com o Alvará de Funcionamento vencido desde 19/06/2025, porém encontra-se com processo de Revisão de Alvará de Funcionamento em trâmite no GESPE – Gestão Eletrônica de Segurança Privada desde 11/06/2025 (Processo nº 2025/47369), estando autorizada a funcionar até a decisão final do referido processo.

### Observações:

- 1) Declaração expedida eletronicamente após análise dos argumentos apresentados pela solicitante.
- 2) Declaração expedida gratuitamente.
- 3) Os alvarás expedidos pelo(a) Coordenador(a)-Geral de Controle de Serviços e Produtos terão validade de um ano, a partir da data de sua publicação no DOU, autorizando a empresa a funcionar nos limites da unidade da federação para a qual foram expedidos.

**MJSP - Polícia Federal**

**CGCSP - Coordenação Geral de Controle de Serviços e Produtos**  
**GEESP - Gestão Eletrônica de Segurança Privada**  
 Versão 29.6.52 09/05/2025 15:05

CNPJ: 21.556.418/0001-50  
 Razão Social: SAMMA VIGILANCIA LTDA  
 Situação: ATIVA  
 Procurador: 174.507.708-14 - RONALDO DIAS DE OLIVEIRA  
 Acesso Atual: 10/07/2025 15:23:26  
 Sair

Empresa Procuradores Processo Autorizativo Processo Punitivo Tarmas Guia de Transporte Comunicação de Ocorrência Comunicação de Evento Notificação Autônoma Averiguações CNV Importação Ajuda



Você está aqui: [página principal](#) -> [Processo Autorizativo](#) -> [acompanhar processo](#)

Último acesso em: 10/07/2025 10:07:14  
 Por: 174.507.708-14 - RONALDO DIAS DE OLIVEIRA

**Acompanhamento de Processos Autorizativos**

Ano:  Número Processo:  Tipo Processo:  Situação Processo:

**Listaagem de Processos Autorizativos**

Nº Processo	CNPJ	Tipo	Data Envio	Situação	Ação
2025-47369	21.556.418/0001-50	Solicitação de Revisão de Autorização de Funcionamento	11/09/2025	Em Análise, com Subprocesso de Certificado de Segurança Finalizado	  
2025-47369_1	21.556.418/0001-50	Solicitação de Renovação de Certificado de Segurança	11/09/2025	Concluído com Vitória Aprovada	  

Copyright Polícia Federal - PF, Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI

#### IV. DA PLANILHA DE CUSTOS – PIS E COFINS

Foram apresentadas as alíquotas efetivamente recolhidas, PIS 0,56% e COFINS 2,57%, comprovadas mediante documento formal e assinado, em estrita observância ao disposto no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, que exige a comprovação da compatibilidade e veracidade das informações financeiras.

O Tribunal de Contas da União já pacificou entendimento no sentido de que:

"A apresentação de documentos assinados por representante legal e contador que comprovem os encargos fiscais incidentes na proposta é suficiente para fins de habilitação" (Acórdão TCU 2319/2020 - Plenário).

#### V. DO ENQUADRAMENTO COMO ME/EPP – SUPPOSTA FALSA DECLARAÇÃO

A Recorrente sustenta que haveria falsa declaração pela Recorrida ao se autodeclarar como Empresa de Pequeno Porte (EPP), apontando para a existência de outro CNPJ com sócio em comum.



Conforme disposto no art. 3º, §4º, da Lei Complementar nº 123/2006, o critério para enquadramento considera a receita bruta global das empresas vinculadas por relação de controle, e não apenas a identidade de sócios.

Destaca-se que a empresa SAMMA VIGILÂNCIA LTDA, no exercício de 2024, não ultrapassou a receita bruta anual de R\$ 4.800.00,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), limite legal fixado para enquadramento como Empresa de Pequeno Porte, conforme atestado na documentação fiscal e cadastral apresentada no certame.

Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União já decidiu:

"A mera existência de sócios em comum não descaracteriza o enquadramento como ME/EPP, salvo comprovada a existência de controle societário ou receita bruta global superior ao limite legal" (Acórdão TCU nº 1259/2017 - Plenário).

Além disso, a Receita Federal reconhece o enquadramento da SAMMA VIGILÂNCIA LTDA como EPP, o que se comprova pela certidão simplificada juntada, afastando qualquer alegação de irregularidade ou má-fé.

Caso a Comissão tivesse dúvidas, deveria, conforme art. 64, §1º da Lei nº 14.133/2021, ter solicitado diligência para esclarecimentos, o que não ocorreu.

## **VI. DA AUSÊNCIA DE DILIGÊNCIA PELA COMISSÃO**

Conforme art. 64, §1º da Lei nº 14.133/2021:

"Em caso de dúvidas quanto à regularidade dos documentos apresentados, a comissão ou o pregoeiro deverão realizar diligências para sanar as dúvidas."



**SAMMA VIGILÂNCIA**

A ausência de diligência no caso concreto demonstra a plena conformidade dos documentos apresentados, não podendo a Recorrente alegar falta de comprovação documental sem que haja tentativa de esclarecimento por parte da Administração.

## **VII. CONCLUSÃO**

Diante do exposto, requer-se:

1. O conhecimento e o desprovemento do recurso administrativo interposto pela MENDONÇA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, mantendo-se a classificação e habilitação da SAMMA VIGILÂNCIA LTDA no Procedimento de Licitação nº 003/2025;
2. O reconhecimento da regularidade dos documentos apresentados, conforme fundamentação e jurisprudência supramencionadas;
3. A observância dos princípios da legalidade, razoabilidade e eficiência, previstos na Lei nº 14.133/2021.

Termos em que,  
Pede deferimento.

Catalão-GO, 11 de julho de 2025.

DEOLINDO  
SANTOS DE  
AMBROSIO:00011  
808195

Assinado de forma digital  
por DEOLINDO SANTOS DE  
AMBROSIO:00011808195  
Dados: 2025.07.11 10:14:02  
-03'00'

Deolindo Santos de Ambrosio  
Representante Legal